



Universidade Estadual do Ceará – UECE
Centro de Estudos Sociais Aplicados – CESA
Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas – PPGPP
Doutorado em Políticas Públicas



Disciplina:	Governança, Participação e Avaliação						
Docente:	Prof. Dr. Mauro Serapioni						
Crédito:	3	Carga Horária:	45 h/aulas	Obrigatória:	Não	Período:	2018.2

Ementa:

Seminário abordando dois temas fundamentais para o aprofundamento da governança e da democracia: participação e avaliação. Reflexão desenvolvida através dos seguintes pontos: análise da contribuição da participação pública para a democracia e a governança; análise da contribuição da avaliação para a democracia e a governança; participação cidadã nas políticas públicas; participação social como "prática" da cidadania; participação e políticas públicas: a experiência brasileira; pressupostos teóricos-metodológico da avaliação; principais abordagens e modelos de avaliação; aspectos metodológicos da avaliação da participação e conceitos, dimensões e indicadores para avaliação da participação em saúde.

Programa:

- Análise da contribuição da participação pública para a democracia e a governança
- Análise da contribuição da avaliação para a democracia e a governança
- Participação cidadã nas políticas públicas
- Participação social como "prática " da cidadania
- Participação e políticas públicas: a experiência brasileira
- Pressupostos teóricos-metodológico da avaliação
- Principais abordagens e modelos de avaliação
- Aspectos metodológicos da avaliação da participação
- Conceitos, dimensões e indicadores para avaliação da participação em saúde

Bibliografia Principal:

Avritzer L (2008), Instituições participativas e desenhos institucional: algumas considerações sobre avaliação da participação no Brasil democrático, Opinião Pública, 14 (1):43-64.

Avritzer L. (2008), Instituições participativas e desenhos institucional: algumas considerações sobre a variação da participação no Brasil democrático, Opinião Pública, 14 (1):43-64.

Serapioni M.; Nolasco C.M.; Silva M.G.C (2013), Avaliação em saúde. In: Rouquayrol e Silva (orgs.), Epidemiologia & Saúde, Rio de Janeiro: MedBook, (de pag. 533 a pag. -54557)..

Trevisan AP; Van Bellen HM (2008), Avaliação de políticas públicas: uma revisão teórica de um campo em construção, Revista de Administração Pública, 42(3):529-50.

Textos opcionais (a serem apresentados e discutidos em plenária – cada aluno escolhe um texto)

Gasparini MFV; Furtado JP (2014) Avaliação de Programas e Serviços Sociais no Brasil: uma análise das práticas no contexto atual, Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 117, p. 122-141.

Serapioni, M (2014), "Os desafios da participação e da cidadania nos sistemas de



Universidade Estadual do Ceará – UECE
Centro de Estudos Sociais Aplicados – CESA
Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas – PPGPP
Doutorado em Políticas Públicas



saúde", *Ciência & Saúde Coletiva*, 19, 12, 4829-4839.

Serapioni M; Silva MGC (2011). Avaliação da qualidade do Programa Saúde da Família em municípios do Ceará. Uma abordagem multidimensional, *Ciência & Saúde Coletiva*, 16,11: 4315-4326.

Avritzer, L. (2011), A qualidade da democracia e a questão da efetividade da participação: mapeando o debate. In: Pires, R.R.C. (org.), *Efetividade das instituições participativas no Brasil: estratégias de avaliação*, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicado – IPEA.

Silva MK (2011), Dos casos aos tipos: notas para uma apreensão da variações qualitativas na avaliação das instituições participativas. In: Pires RRC (org.), *Efetividade das Instituições participativas no Brasil: Estratégias de avaliação*, Brasília: IPEA.

Vaz ACN; Pires RRC (2011), Comparações entre municípios: avaliação dos efeitos da participação por meio de pares contrafactuais. In: Pires RRC (org.), *Efetividade das Instituições participativas no Brasil: Estratégias de avaliação*, Brasília: IPEA.

Coelho VSP (2011), Uma metodologia para a análise comparativa de processos participativos: pluralidade, deliberação, redes e políticas de saúde. In: Pires RRC (org.), *Efetividade das Instituições participativas no Brasil: Estratégias de avaliação*, Brasília: IPEA.

Trevisan AP; Van Bellen HM (2008), Avaliação de políticas públicas: uma revisão teórica de um campo em construção, *Revista de Administração Pública*, 42(3):529-50.

Camilo de Oliveira AMH; Rios-Neto ELG (2007), Uma avaliação experimental dos impactos da política de qualificação profissional no Brasil, *Rev. Bras. Econ*, 61 (3): 353-378

Pimenta de Faria CA (2005), A política da avaliação de políticas públicas, *Rev. Bras. Ci. Soc.*, 20 (59): 97-109.

Vaz ACN (2011), Participação política, efeitos e resultados em políticas públicas: notas crítico-analíticas, *Opinião Pública*, 17 (1): 163-205.

Antero SA (2008), Monitoramento e avaliação do Programa de Erradicação do Trabalho Escravo, *Revista de Administração Pública*, 42 (5); 791-828.

Cerqueira Prata ACA (2007), Metodologia de avaliação das ações sociais, CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, pp.,47 (Referencial teórico-metodológico da Avaliação de 1 a 14).

Ramos MP (2012), O estado da arte da avaliação de políticas públicas: conceituação e exemplos de avaliação no Brasil, *Rev. Adm. Pública*, 46 (5):1271-294.

Tasca JE; Ensslin L; Ensslin R. (2012), A avaliação de programas de capacitação: um estudo de caso na administração pública, *Rev. Adm. Pública*, 46 (3): 647-75.

Zani FB; Costa FL (2014), Avaliação da implementação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar — novas perspectivas de análise, *Rev. Adm. Pública*, 48(4): 889-912.

Almeida C; Tatagiba L (2012), Os conselhos gestores sob o crivo da política: balanços e perspectivas, *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 109, p. 68-92.

Ramos M.F. et al. (2012), Conselhos Setoriais: perfil dos conselheiros e sua influência na tomada de



Universidade Estadual do Ceará – UECE
Centro de Estudos Sociais Aplicados – CESA
Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas – PPGPP
Doutorado em Políticas Públicas



decisão1, Saúde Soc., v.21, supl.3, p.61-70.

Presoto LH; Westphal MF (2005), A participação social na atuação dos conselhos municipais de Bertiooga – SP, Saúde e Sociedade v.14, n.1, p.68-77.

Gohn MG (2004), Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais, Saúde e sociedade. vol.13 no.2.

Flávia de Paula Duque Brasil FPD; Carneiro R; Barbosa TP; Almeida ME (2013). Participação, desenho institucional e alcances democráticos: uma análise do Conselho das Cidades (ConCidades), Rev. Sociol. Polit. vol.21 no.48.

Sipioni ME; Zorzal e Silva M (2013), Reflexões e interpretações sobre a participação e a representação em conselhos gestores de políticas públicas, Rev. Sociol. Polit. vol.21 no.46.

Fonseca IF; Bursztyn M; Moura AMM (2012), Conhecimentos técnicos, políticas públicas e participação: o caso do Conselho Nacional do Meio Ambiente, Rev. Sociol. Polit. vol.20 no.42.

Sampaio RC (2012), Quão deliberativas são discussões na rede? Um modelo de apreensão da deliberação online, Rev. Sociol. Polit. vol.20 no.42.

Geisa Bugs G, Luz Reis AT (2014), Avaliação da participação popular na elaboração de planos de habitação de interesse social no Rio Grande do Sul, Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana, 6 (2), p. 249-262.

Costa FL Guimarães Cunha AP (2010), Sete teses equívocas sobre a participação cidadã: o dilema da democracia direta no Brasil, O&S, Salvador, 17 (54): p. 543-553. www.revistaoes.ufba.br

Borba J (2012), Participação Política: uma revisão dos modelos de classificação, Revista Sociedade e Estado, 27 (2): 263-288.

Bobbio L. (2012), Entre o reflexo e a proposição. Dilemas sobre o encerramento dos fóruns deliberativos, Sociologias, 14 (10): 46-69.

Fedozzi L (2012), Participação, Cultura Política e Cidade, Sociologias, 14 (30): 14-44.

Textos em inglês (opcionais para os que querem aprofundar as questões chave)

Patton MQ (1997), Capítulo 2: “What is Utilization-Focused Evaluation?” In: Utilization- Focused Evaluation, 3ª Edição, Sage Publications; pag. 19-25.

Guba E; Lincoln Y (1989), “The coming of age of evaluation”. In: Fourth Generation Evaluation, Sage publications; pag. 21-49.

Fetterman DM (1994), Empowerment Evaluation, Evaluation Practice; 15(1) 1-15.

House ER; Howe KR (2000), Deliberative Democratic Evaluation, New Directions for Evaluation, 85:3-12.